APRESENTAÇÃO: “ELEIÇÕES”*Emerson Urizzi Cervi**Universidade Federal do Paraná**ecervi7@gmail.com*

O dossiê Eleições da Revista Eletrônica de Ciência Política reforça a importância do tema para a nova geração de cientistas políticos brasileiros. Além de estar nas bases dos sistemas democráticos representativos, as eleições para cargos públicos no Brasil fazem parte da mais antiga tradição política do País. Com exceções de raros momentos históricos, o Brasil vem escolhendo seus representantes em eleições periódicas desde os primórdios do império. Tanto assim que mesmo durante a ditadura militar foram mantidas eleições diretas para alguns cargos representativos. Já em 1821 temos nossa primeira eleição para compor a representação do Brasil na corte de Lisboa. Com uma história rica de experiências, tendo passado por praticamente todos os principais sistemas eleitorais em quase dois séculos de existência, as eleições brasileiras continuam sendo um objeto privilegiado para nossos pesquisadores.

Avançamos no aprimoramento do nosso sistema eleitoral e/ou corrigindo possíveis equívocos provocados por uma tendência de "reformismo permanente" em nossas instituições. Pelo menos desde os anos 80 temos passado por mudanças significativas na organização das eleições - ainda que se tenha a impressão que nada foi feito. Vejamos: em 1985 voltamos a eleger pelo voto direto prefeitos de capitais e municípios de segurança nacional. Durante o regime militar prefeitos de capitais, governadores e, no final dos anos 1970, um senador por Estado eram eleitos indiretamente - pelo voto dos deputados estaduais. Em 1988 o Brasil contava com 82 milhões de eleitores, que participaram de eleições diretas para prefeitos e vereadores de 4,4 mil municípios. No ano seguinte, em 1989 tivemos a primeira eleição direta para presidente do País pós-ditadura militar. Também foi a primeira da nossa história em que candidatos a presidente e vice-presidente passam a formar uma única chapa. Antes nosso sistema previa apenas candidatos a presidente e o segundo colocado assumia a vaga de vice-presidente. Sem dúvida, o sistema anterior levaria a uma maior instabilidade política (Como estaríamos hoje se Aécio Neves 2º colocado na disputa de 2014 como vice-presidente de Dilma Rousseff?). Ainda em 1989 inauguramos as eleições com voto em dois turnos para presidente da república. Outra mudança que visou dar maior legitimidade ao eleito, pois ele contará, necessariamente, com pelo menos metade mais um de votos. Em 1992 os prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores também passam

a ser eleitos em dois turnos e já começamos a ouvir alguns comentários sobre outra novidade: urna eletrônica. Em 1994 começamos a testar a urna eletrônica. Na disputa seguinte, em 1996, para prefeitos e vereadores a urna eletrônica já era uma realidade. Naquele ano éramos 101 milhões de eleitores em 4,9 mil municípios. Quase duas décadas depois, em 2014 chegamos a 140 milhões de eleitores, distribuídos em 5,6 mil municípios, que possuem, além dos 5,6 mil prefeitos e vice-prefeitos, 59 mil vereadores. Nas eleições nacionais escolhemos pelo voto direto, além de presidente de vice-presidente, 81 senadores, 513 deputados federais e 1,1 mil deputados estaduais. Ou seja, a elite política eleita pelo voto direto no Brasil é composta por mais de 66 mil pessoas nas esferas federal, estadual e municipal.

Nos anos seguintes continuamos reformando nosso sistema eleitoral. Talvez a reforma mais polêmica do período recente tenha sido a mudança constitucional que prevê a possibilidade de uma reeleição seguida para todos os cargos do poder Executivo: prefeito, governador e presidente da república. Em 1998 ela foi aplicada às eleições nacionais, permitindo a reeleição de Fernando Henrique Cardoso ainda no primeiro turno, além de vários governadores. Dos 21 governadores que tentaram a reeleição em 1998, 14 foram bem-sucedidos - um percentual de 66,6%. Na eleição seguinte, em 2000, aplicou-se pela primeira vez nas disputas majoritárias municipais. Dos 26 prefeitos de capitais naquele ano, 23 tentaram a reeleição e 16 (69%) foram bem-sucedidos. Sem dúvida, o advento da reeleição garantiu uma estabilização à elite política - praticamente uma consequência das mudanças anteriores que estabilizaram o sistema como um todo. Vale ressaltar, ainda, que sempre tivemos reeleição para cargos legislativos e sem limite no número de mandatos consecutivos. Isso, por si só, já é um fator de garantia de controle do capital eleitoral daqueles que se (re)elegem para as câmaras legislativas.

Ainda nos anos 1990, a lei 9504/97 regulamenta uma série de questões que eram novas para o sistema eleitoral brasileiro naquele momento. A principal delas foi a formalização das cotas de gênero (com a finalidade de favorecer a participação das mulheres nas disputas eleitorais) a partir de 1998. Ainda tímidas, as cotas foram instituídas apenas formalmente e para disputas proporcionais. Quase 20 anos depois os percentuais de eleitas nos legislativos continuam baixos - entre os mais baixos das democracias ocidentais - e ainda não existe nenhum tipo de incentivo de gênero por parte dos partidos para disputas majoritárias (mesmo que contraditoriamente tenhamos uma presidenta da república) e, pior, os partidos não oferecerem condições igualitárias de disputa entre homens e mulheres em suas listas de candidatos. Tal desigualdade pode ser constatada na distribuição de recursos partidários na forma de dinheiro (fundo partidário) ou tempo em rádio e televisão do Horário

Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) entre homens e mulheres da maioria dos partidos. Em todos os partidos relevantes as mulheres têm condições objetivas de disputa desfavoráveis em relação aos homens. Por falar nisso, a lei 9.504/97 também regulamentou a forma de distribuição do tempo de HGPE entre partidos nas disputas a partir de então, além de reforçar critérios para financiamentos de partidos e candidatos.

Após as mudanças dos anos 1990: segundo turno, urna eletrônica, uma reeleição seguida para cargos no poder Executivo e cotas de gênero, a década seguinte apresentou poucas mudanças, servindo como período de "teste" do sistema eleitoral formatado a partir da redemocratização. O que se percebe no período seguinte é um processo de concentração e especialização eleitoral pelos partidos políticos. Concentramos os votos em poucos partidos para as disputas majoritárias. Apenas PT e PSDB venceram ou chegaram ao segundo turno para presidência da república entre 1994 e 2014. O Número Efetivo de Partidos (Nep) em disputas para presidente girou entre 2,5 e 3,0 nas últimas duas décadas, indicando forte concentração de votos em poucos partidos. Ao mesmo tempo outros partidos começaram a se especializar em disputas proporcionais e os que conseguiram ganhar espaço no congresso nacional, notadamente na Câmara de Deputados, passaram a ser chamados de "partidos médios". Eles são cada vez mais importantes para a implementação de políticas públicas no nosso sistema de presidencialismo de coalizão. Recentemente a principal mudança no nosso sistema eleitoral foi votada para começar a valer a partir de 2012 e regulamenta as campanhas pela internet (páginas, blogs e redes digitais), espaço até então não tratado pelas leis eleitorais no Brasil.

De distintas maneiras, os textos deste Dossiê Eleições tratam direta e indiretamente das consequências do arranjo institucional brasileiros. Há estudos sobre eleições nacionais, regionais e locais. Também existem textos sobre eleições majoritárias e proporcionais. Análise sobre o papel do HGPE e da internet nas eleições de massa como as nossas. Mas também há estudos sobre o comportamento do eleitor, que está além dos arranjos institucionais propriamente ditos e graças a isso é que nossas eleições apresentam resultados inesperados (para a elite política) vez ou outra. Os textos reforçam o que todo pesquisador de eleições descobre depois de algum tempo: quem comanda as eleições são os eleitores, não os candidatos ou partidos. Apesar da centralidade do tema, o dossiê apresenta uma diversidade de abordagens, enquadramentos de pesquisa e metodologias de análise, que têm caracterizado a ciência política moderna brasileira.

O dossiê comprova que o tema eleições é muito rico para os pesquisadores e, apesar de ser um dos principais objetos de atenção da Ciência Política brasileira, carece

permanentemente de novos olhares, abordagens e interpretações. Importante mesmo é entender que as eleições não são eventos discretos, isolados no tempo. Eleição é um processo contínuo, que não se encerra no dia da votação. O ato de votar é apenas uma etapa, que marca um ponto de inflexão desse processo. No dia seguinte ao de qualquer votação o candidato eleito começa a pensar em como se manter no cargo, o derrotado pensa no que fez de errado e o eleitor, por sua vez, analisa os governantes e as possíveis opções para o próximo ponto de inflexão desse processo que costumamos chamar de "Eleições". Boa leitura.